

A face vaz

Os estudos mais avançados feitos sobre a feitiçaria no

José Castello

Existem bruxas no Brasil? Se pensarmos na imagem clássica da velhota feia e rabugenta que prepara feitiços num caldeirão e faz vãos noturnos em sua vassoura, é claro que não existem. Não é, porém, esse estereótipo fantasioso, vendido pela literatura macabra e pelas narrativas infantis, que define uma feiteiceira. Mas sim a capacidade de evocar, manejar e materializar maldades. A imaginação popular está, então, infestada de bruxas. Mulheres soturnas, fugidias, de dupla face, que se adestraram na prática do Mal e vivem obstinadas em executá-lo. O exemplo mais notório, hoje, pode ser encontrado em Odete Roittman, a personagem vivida por Beatriz Segall na novela **Vale tudo**. Odete não evoca o demônio, nem veste trajes mulambentos, nem ao menos pratica qualquer esoterismo. Não importa. Com sua malícia sem limites, ela ocupa aquele lugar sinistro e amedrontador que as bruxas inauguraram no imaginário popular com o alvorecer da Idade Moderna.

A bruxa, de fato, está solta no Brasil. É reconhecida pela população: em outubro do ano passado, no bairro de Pendotiba, em Niterói, o artesão Marco Antônio de Jesus tentou forçar sua enteada Cristiane Vieira da Silva, de 14 anos, a comer a cabeça de um gato por estar convencido de que a menina tinha o corpo possuído por Exu, entidade que simboliza o demônio na umbanda. A nojenta refeição a livraria do Mal. É reconhecida, também, pela Justiça: cinco meses antes, o juiz Francisco José de Azevedo, da 21ª Vara Criminal do Rio, condenou o babalorixá Paulo Roberto Balbino da Silva a "abster-se da prática da incorporação de santo" por supor que espíritos malignos o estavam conduzindo ao crime. A Justiça, movida pelo desejo do Bem, passava a administrar o campo espiritual. É reconhecida, por fim, pelo Estado: em dezembro de 1986, o **Diário Oficial da União** publicou determinação proibindo os despachos em vias públicas e exigindo carteirinhas e alvarás para que os pais-de-santo possam praticar suas sessões. Com isso pretendia-se distinguir o charlatanismo e o satanismo da boa religião. Pretendia-se administrar o mundo espiritual e impedir que ele fosse contaminado pela crueldade.

Pode-se pensar seja o que for dessas manifestações. Só uma coisa não se pode negar: todas elas exibem uma preocupação crucial com a maldade. No próximo dia 12 de dezembro, a antropóloga Yvonne Maggie, professora da UFRJ, defende uma tese de doutorado no Museu Nacional que comprova essas idéias. **Medo do feitiço — relações entre magia e poder no Brasil** (tese que será avaliada por uma banca composta por Peter Fry, José Ricardo Ramalho, Gilberto Velho, Laura de Mello e Souza e Rubem Cesar Fernandes) concentra-se no estudo das acusações de feitiçaria no Brasil entre 1890 e 1945, período em que são investigados mais de cem processos de bruxaria. A tese avança ainda em meia-dúzia de casos registrados após os anos 70 e desmente a suposição ingênua de que a bruxaria é um tema remoto, que pode ser estudado apenas em tempos arcaicos da História.

O trabalho de Yvonne é, antes de tudo, um inventário da caça às bruxas no Brasil do século XX. A ida no enalço das feiteiceiras demonstra, por si, a fé em sua existência, já que não se busca o que não existe. "Para que haja perseguição à feitiçaria,

é preciso que se acredite nela", diz Yvonne. O medo disseminado dos feitiços é outra prova irrefutável dessa crença. Na repressão à bruxaria, inaugurada pelo artigo 157 do Código Penal de 1890, não se pretende extirpar a prática espiritual, mas desvendar os subterfúgios empregados pela maldade para habitar o espírito. "A repressão policial pretende sempre descobrir, antes de tudo, o que produz o Mal", diz Yvonne. Os feitiços perseguidos na Europa Moderna estavam incorporados em personagens precisos, as bruxas, eram praticados através de rituais conhecidos, como os sabás, e tinham um aliado inconfundível: o diabo. Bruxas eram mulheres que, através de pactos com o demônio, dotavam-se de poderes extraordinários que eram usados a favor do Mal. Seu destino, sob os dogmas da Inquisição, era a fogueira. No Brasil, a identificação da bruxaria é muito mais difícil. "Aqui raramente

localizado na Rua Frei Caneca, guarda hoje aquela que é talvez a maior coleção existente no país de instrumentos suportamente de bruxaria — assentamentos, atabaques, anéis, bonequinhos de pano para simbolizar a pessoa a ser atingida pelo ato maldoso. Acervo que indica, para Yvonne, a necessidade de encontrar uma imagem material para o feitiço, como forma mais eficaz de controlá-lo. Curioso que sejam esses objetos brutalmente arrancados dos templos de umbanda e candomblé, e não a imagem dos supostos feiteiceiros, os ícones guardados pela polícia como depositários por excelência do Mal. Aqui, as bruxas não têm face.

No Brasil do século XX, nenhum personagem deseja assumir o papel de bruxa. Pais-de-santo da umbanda, do candomblé e de outras religiões populares, que empolgam hoje um rebanho estimado em 40 milhões de brasileiros, sobre quem recai muitas

■ Os pentecostais brasileiros satanizam a umbanda: Sônia, uma iawô da Tenda Espírita Antônio de Angola, em Irajá, foi mantida, ano passado, por vinte dias em cárcere privado numa igreja pentecostal de Duque de Caxias. Na mesma época, Beatriz Costa, mãe Beata de Iemanjá, é obrigada a conviver em Nova Iguaçu com um vizinho pentecostal que passa os dias gritando que ela é "filha de Satanás".



Os sacrifícios em um ritual de iniciação afro-brasileiro

aparece o pacto com o diabo", Yvonne exemplifica. O poder de produzir o Mal através de meios mágicos pode assumir os mais insuspeitos disfarces. Yvonne recorda que, em Alagoas, em 1911, a oligarquía Malta foi acusada, com um arsenal de provas obscuras construídas durante uma campanha eleitoral, de ter-se aliado à feitiçaria, e isso lhe custou a vitória nas eleições. "Os Malta foram perseguidos nos mesmos moldes com que as bruxas eram caçadas no século XIV", diz a antropóloga. Não havia poções mágicas, vãos noturnos ou bodes incrustados em estrelas de cinco pontas — símbolo com que os feiteiceiros marcam sua relação com o diabo. Mas os atabaques supostamente usados pela família para evocar espíritos malignos, intermediários entre o mundo terreno e o reino do Mal, foram queimados, como as bruxas aparecidas com o fim da Idade Média, em praça pública. Basta lembrar que o Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro,

vezes a denúncia difusa de feitiçaria, também não aceitam essa acusação. Yvonne rememora o caso da mãe-de-santo Cacilda de Assis, que nos anos 70 dizia incorporar um certo **Seu Sete da Lira** ou **Seu Sete da Encruzilhada**, espírito que a teria levado a enriquecer à custa dos outros, para seus acusadores um efeito indisfarçável da maldade. O presidente da Congregação Espírita Umbandista do Brasil na época, Tancredo da Silva Pinto, fez a distinção: "Não considero **Seu Sete da Lira** nem um orixá, nem um caboclo, nem um Exu. Foi tudo uma farsa." D. Cacilda morava num triplex em Copacabana, tinha três carros, nove apartamentos e recebia espíritos diante das câmeras de televisão. "As apresentações de **Seu Sete** no vídeo foram responsáveis pela implantação da censura prévia na TV", recorda Yvonne. Acusada de demoníaca, D. Cacilda era discriminada tanto pelos umbandistas como

Bruxaria da maldade

o Brasil mostram que a crença no feitiço é, hoje, uma força difusa mas poderosa

pelo cardeal-arcebispo do Rio. A aliança que teria com o diabo lhe dava um status de bruxa.

Outro disfarce da feitiçaria seria o curandeirismo, que desde o Código de 1890 é identificado com a magia. Yvonne recorda o caso de perseguição, nos anos 30, ao Centro Espirita Renditor, no Andaraí, instituição fundada em 1911 por um comendador português que, durante muitos anos, foi condenado por praticar a cura de doentes mentais. "Esse centro foi vítima de três processos", recorda, "mas o mais importante deles veio dos médicos. Foi um processo nos moldes da acusação medieval que acusava os médiuns de praticarem a magia." O médico Leonídio Ribeiro, chefe do Serviço de Identificação da Polícia Civil, chegou a produzir uma tese em Medicina baseada no estudo desse centro (*O espiritismo no Brasil*, 1931, edição do autor). Essas acusações, uma vez que se pretende julgar

desloca-se, então, da identificação do criminoso para o esconjuro do espírito maligno. Casos como esse, em que a prática da Justiça se desloca do domínio policial para o mágico, são muito comuns no Brasil ainda nesse fim de século. Mas o mais curioso nesse que ficou conhecido como **Caso da pomba-gira** é o papel de exorcistas atribuído ao pastor protestante. Eis um exemplo inegável, diz Yvonne, da fé no feitiço.

A guerra religiosa movida por igrejas pentecostais, em especial pela Igreja Universal do Reino de Deus, contra os rituais da umbanda é um retrato invertido, mas preciso, dessa crença na feitiçaria. "No Brasil não existe feitiçaria, tal qual a concebem na Europa, porque aqui ela está em toda a parte", diz o antropólogo Rubem Cesar Fernandes, secretário-executivo do Instituto Superior de Estudos da Religião. Na Europa Moderna, o feiticeiro

na que **possui** o homem, o Mal passa a ser encarado como uma energia inerente ao ser humano, que em alguns momentos se manifesta. Há, então, uma luta interna, quase uma luta psíquica, entre as forças do Bem e as do Mal. Entramos no terreno fantasioso de Pinóquio, com seus grilos falantes. Ao exorcista cabe impedir que as forças diabólicas venham à tona.

Rubem Cesar lembra que, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, onde as bruxas são associadas imediatamente ao satanismo, no Brasil o próprio Exu, que simboliza o diabo na umbanda, "ora é o diabo, ora não é". Em Salem, Massachusetts, onde vinte pessoas foram executadas como bruxas em 1692, ainda hoje é possível isolar e identificar, como num laboratório, um pedaço importante da história da bruxaria na América. Aqui não: nem mesmo os espíritos malignos podem ser nomeados com segurança. Há, é claro, casos isolados que tornam-se exemplares, como os de dois processos de exorcismo estudados no Pará, há oito anos, pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro, da Universidade de São Paulo. Processos que incriminavam não a bruxa, mas o exorcista — o vigário José Maria Fernandes, acusado de praticar exorcismo na cidade de Ourém, Pará. O padre Fernandes pretendia salvar uma escrava de nome Martinha, que estaria possuída pelo demônio. Insuflados pelo vigário, cerca de dois mil fiéis lotavam diariamente a paróquia de Ourém para orações que pretendiam afastar o diabo. Convocada para depor, a escrava Martinha dizia que sentia "o corpo queimar" e que estava "sendo devorada pelo fogo".

Maria Luiza encontra impressionantes semelhanças entre o caso de Ourém e relatos da Alta Idade Média. "Grande parte das descrições do processo se aproximam das apresentadas no capítulo **Exorcismo** de um famoso documento medieval conhecido como **Tratado Sacerdotal de Sammarinos**", compara. O que a leva a concluir que persistem no Brasil do século XX mentalidades muito semelhantes às da Europa Medieval, "que davam ao demônio uma personalidade maligna e um aspecto horrendo". Habitantes de Ourém descreveram o diabo como uma figura "de cor preta e cheiro de enxofre" e disseram que "ele tem aspecto hediondo e se exprime em grego e latim". Em Ourém, movidos pelo medo aos feitiços, grupos de fiéis chegaram a organizar procissões noturnas aos cemitérios, onde abriam os caixões e oravam pela alma dos mortos. Nada mais próximo, portanto, do cenário bruxulento da idade medieval.

A pesquisadora paulista conclui que o mito do diabo e de suas maquinações foi trazido para o Brasil na bagagem das superstições do emigrante europeu. E aqui ficaram. Maria Luiza dedica-se agora a uma nova pesquisa em que estabelece paralelos entre as bruxas e demônios encontrados nas pinturas do espanhol Goya (1746-1774) e a xilografia da literatura brasileira de cordel. "No cordel", compara, "o diabo é uma figura brincalhona, mas que tem sempre chifres, rabos e pés de animal como a figura européia". Essas imagens nítidas da possessão, porém, tornam-se esmaecidas quando comparadas com o temor ao feitiço difuso que sobrevive e incomoda o país. No Brasil, capaz de vestir os mais engenhosos disfarces, a bruxa não tem cara.

Participou. Lina de Albuquerque, de São Paulo.



■ Em 1979, no subúrbio carioca da Penha, C., uma mãe-de-santo, é acusada de ter sido, por dinheiro, a autora intelectual de um crime. Chamada a depor, a mãe-de-santo incorpora um espírito diante do delegado. Desnorteado, o policial convoca um pastor para que pratique o exorcismo. C. terminou condenada com a mesma pena de sua cliente assassina.

Vovó da umbanda recomenda trabalhos que rendem emprego

não uma religião, mas o Mal que supostamente ela pode praticar, são em geral difusas e forradas com provas insuficientes. Yvonne as compara à delação, comum na primeira metade dos anos 70, de que alguém era subversivo. "São denúncias sempre muito vagas, o que torna muito difícil escapar delas", diz. "É muito difícil você provar que alguém é de fato uma bruxa".

Um exemplo curioso é o que envolveu, em 1979, a doméstica M. L., de 25 anos, acusada de assassinato. A moça confessa que o crime teria sido tramado num terreiro de quimbanda da Baixada Fluminense, onde médiuns recebiam a entidade Maria Padilha. Chamada a depor na 22ª Delegacia, no subúrbio da Penha, a mãe-de-santo da Baixada entra em transe diante do delegado. O policial, desnorteado, pede socorro primeiro a um pai-de-santo e depois a um pastor protestante, que tenta exorcizar o demônio que a médium teria incorporado. O inquérito

era uma figura marginal, um inimigo das instituições, que invertia a hierarquia religiosa e erguia o diabo ao posto de deus. "No Brasil de hoje, a feitiçaria convive com a fé cristã", constata Rubem Cesar. Com a intenção de isolá-la, grupos de pastores da Igreja Universal do Reino de Deus promovem sessões de exorcismos diante de terreiros e nas encruzilhadas. Para os estudiosos das religiões afro-brasileiras, eles cometem um erro inicial: "O diabo é um conceito cristão, que não existe nas religiões africanas", distinguiu na primeira hora Jairo Pereira de Jesus, presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos da Língua e Cultura Yoruba. Mas os pentecostais não se importam com essas explicações. E até modernizam suas teorias sobre a possessão. "Alguns pentecostais brasileiros dizem, hoje, que os espíritos malignos não baixam nas pessoas, mas que se manifestam nelas", diz Rubem Cesar. Ao invés de ser visto como uma força exter-